



41º Encontro Anual da ANPOCS
GT 22: Partidos e sistema partidário

**ROMPENDO O TETO DE VIDRO: MULHERES NO COMANDO DOS
PARTIDOS BRASILEIROS**

Brina Deponte Leveguen¹

Leonardo Aires de Castro²

Pedro Floriano Ribeiro³

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, com bolsa FAPESP (2016/22897-0), email: brinadl@hotmail.com.

² Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, com bolsa FAPESP (2016/12310-2), email: leoairescastro@gmail.com.

³ Professor Doutor em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos, email: pfribeiro@ufscar.br.



RESUMO: O trabalho busca analisar a presença feminina nos órgãos dirigentes do PMDB, PFL/DEM, PT e PSDB. Dessa forma o objeto engloba os Diretórios Nacionais, as Comissões Executivas Nacionais e os cargos considerados “núcleo duro” dessas Comissões (Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral e Tesoureiro), desde a fundação dos partidos até as composições mais recentes. Objetivos: mensurar a porcentagem de mulheres que compõem essas estruturas, observar suas trajetórias, e detectar quais variáveis influenciam na chegada e permanência nas instâncias. A hipótese é de que quanto mais restrito o acesso ao órgão, menor seria a presença feminina; o “núcleo duro” teria menos mulheres que a Executiva Nacional, e esta teria menos do que o Diretório Nacional. Para compreender o fenômeno, foi utilizada uma metodologia mista. A metodologia qualitativa analisa as características e trajetórias das mulheres que fazem parte dos órgãos dirigentes. Uma análise prosopográfica detecta quais recursos (capital familiar, eleitoral, escolaridade, entre outros) caracterizam as mulheres que chegam ao topo do comando das organizações partidárias no Brasil. Já a metodologia quantitativa visa calcular a significância das variáveis.

Palavras-Chaves: Partidos Políticos; Órgãos dirigentes; Representação Feminina.



INTRODUÇÃO

O estudo sobre representatividade política no Brasil se torna cada dia mais indispensável para pensarmos os novos contextos políticos que se desenvolvem no país e no mundo. A leitura e análises das consequências de políticas públicas que visavam ampliar a representação de minorias sociais na disputa política, fazem parte hoje de um campo amplamente debatido no mundo acadêmico. Da consagração da Lei de Cotas Partidárias⁴ até o seu fortalecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), passando pelo debate da implementação de cotas raciais e de mecanismos que ampliassem o acesso desses grupos na esfera decisória, a literatura brasileira se empenha na compreensão das nuances institucionais e partidárias que (in) viabilizam a consolidação representativa de grupos excluídos.

Contudo, uma grande parte das pesquisas sobre o tema estão focadas na competição entre candidatos, acesso a cargos eletivos, financiamento de campanhas, distribuição de candidaturas, enfim, voltadas para o sistema eleitoral em si. A observação da disparidade entre o corpo político e a sociedade civil é cada vez mais replicada e fomentada como área de estudo. Logo, busca-se nesse artigo uma complementação desses estudos, com objetivo de analisar a representação feminina em órgãos dirigentes partidários de quatro partidos em específico, quais sejam: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal/ Democratas (PFL/DEM). Avaliar a organização interna do partido e de suas instâncias decisórias pode nos ajudar a compreender a sub-representação das mulheres na política brasileira.

Desse modo, buscamos medir a porcentagem de mulheres que compõe as estruturas dirigentes dos partidos, analisando suas trajetórias e identificando variáveis que contribuíram ou não para o ingresso e permanência dessas nos órgãos partidários. Nossa hipótese principal é de que quanto mais restrito o acesso ao órgão, menor seria a presença feminina, ou seja, considerando as devidas proporções, o “núcleo duro” teria menor porcentagem de mulheres que a Comissão Executiva e esta menos que o Diretório

⁴Lei nº9100/1995, que regulamentava a participação mínima de 20% de um dos sexos. Em 1997 essa lei foi reformulada, aumentando o patamar para 30% (Lei nº 9540/1997)



Nacional. Com isso, as mulheres teriam menos poder de decisão nas questões mais importantes dos partidos. Para tanto, utilizamos como aporte teórico os debates nacionais e internacionais sobre a representatividade das mulheres na política e a teoria das elites, focada aos partidos políticos.

UM BREVE DEBATE SOBRE REPRESENTAÇÃO

O debate sobre representação possui vários pontos de partida: seu significado, sua essência, suas modalidades, cada qual já debatido e disposto para opção metodológica pela literatura clássica e contemporânea. Optar por uma concepção de representatividade é, antes de tudo, uma opção política. Pode-se debater sobre a identidade, delegação, independência do representante, enfim, diversos parâmetros que visam analisar um assunto: como ocorre a representação (FRASER, 1997; FRASER and HONNETH, 2003; PITKIN 1998; MANIN, 1997; PHILLIPS, 2001).

Segundo Miguel (2014), o objetivo da representação seria o controle do conflito social, tornando a competição por recursos mais organizada. No entanto, a representação cria um distanciamento entre representantes e representados. Dessa forma, é constante a inclusão de novas agendas e atores historicamente excluídos.

Uma das maiores questões em torno da representação é se ela se dá somente pela presença dos indivíduos que compõe os grupos sociais ou por uma elite política capaz de intermediar as ideias e vontades dos grupos. Anne Phillips (PHILLIPS, 2001) responde a essa indagação da seguinte forma:

A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes: quando ideias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e ideias. É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra. (PHILLIPS, 2001, p. 22).

No Brasil, a representação feminina é discutida como política pública, dado que desde 1995, com a implementação da Lei de Cotas Partidária, os pesquisadores da área buscam avaliar os reflexos dessa ação afirmativa e a necessidade de sua (re) formulação. Ainda, dado o relativo fracasso dessa normativa, análises sobre os motivos dessa sub-



representação são objetos de pesquisa das diversas áreas das ciências humanas. As mulheres seriam sub-representadas, entre outras variáveis, por conta de sua dupla jornada de trabalho, sociedade com valores machistas, desestímulo feminino por candidaturas, desinteresse partidário, obstáculos institucionais, ou seja, uma gama de condições socioculturais e políticas que impedem o acesso as arenas decisórias (MIGUEL & BIROLI, 2014; BOLOGNESI, 2012; ARAUJO, 2009; ARAUJO, 2001; MIGUEL, 2014; GODINHO, 1996; CAMPOS e MACHADO, 2015; CAMPOS e MACHADO, 2017).

No Brasil, as mulheres compõem mais que 50% da população, no entanto, nas instâncias legislativas nacionais elas representam em torno de 14% para o Senado e 10% para a Câmara dos Deputados (em 2015, apesar do valor não ser tão diferente nas legislaturas passadas). Em 1995 foi estabelecida a lei n. 9100/1995, que determinava uma cota mínima de 20% mulheres na competição eleitoral. Em 1997 ocorreu um aumento nesse percentual, passando para 30% (lei n. 9540/1997). Em 2009 as cotas se tornaram obrigatórias, com sanções e persecução garantidas (lei n. 12034/2009).

A reforma política de 2015 trouxe esse assunto novamente a tona, pois mesmo depois de duas décadas de implementação das cotas femininas nas eleições, não ocorreu uma mudança substancial, tendo um descompasso entre a lei e a implementação. As mulheres continuam sub-representadas nas instâncias legislativas. Esse paper procura analisar se as políticas de cotas tiveram o mesmo resultado nas organizações internas partidárias. A maioria das pesquisas sobre representação feminina analisa esse campo na competição eleitoral. No entanto, é preciso também analisar a organização interna partidária, principalmente nas instâncias dirigentes, a fim de compreender como os partidos políticos absorvem esse grupo ao longo do tempo.

A ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

A teoria das elites também nos ajuda a compreender a sub-representação feminina dentro e fora dos partidos políticos. Tendo como um dos seus fundadores Robert Michels, no começo do século XX, o autor demonstra como as organizações, inclusive os partidos políticos, ao se desenvolverem, teriam uma tendência a “lei de ferro da oligarquia”, ou seja, a concentração de poderes em uma minoria dirigente. “Aqueles a quem em dado momento foi entregue uma delegação de poderes continuam



ininterruptamente a exercer essas funções, desde que não haja determinações estatutárias em contrário ou que não ocorram acontecimentos extraordinários que o impeçam” (MICHELS, 2001, p. 75).

Durante o processo de oligarquização, existiria um distanciamento entre representantes e representados, de maneira que a cúpula se focaria em conservar o poder interno ao invés de priorizar as demandas dos filiados. Dessa forma, para Michels (2001) quanto maior for a duração da comissão, maior a influência e independência do dirigente, portanto “oligarquização significa autonomização da direção nacional e redução do accountability interno, ou seja: fortalecimento da cúpula *vis-à-vis* os filiados de base” (RIBEIRO, 2010, p. 227).

Logo, os dirigentes formariam uma classe estável de chefes, se perpetuando no poder, com trocas praticamente quando alguém falece ou se retira por decisão própria. Mudanças de impacto significativo na composição dirigente, na grande parte dos casos, são resultados de pressões externas, como derrota eleitoral, aliada a fatores internos que já estavam em disputa na organização. (PANEBIANCO, 2005)

Uma das maneiras pelas quais o partido aparenta possuir uma estrutura de eleição democrática das lideranças, sem que seja de fato, é o voto indireto, por meio de delegados ao invés da base votar direto nos dirigentes. Além disso, em muitos casos o partido não tem uma competição entre lideranças, com apenas uma chapa se inscrevendo para o processo eleitoral, portanto os delegados somente sancionam uma decisão tomada anteriormente. Duverger aponta que: “A eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia; de fato, parece antes favorecê-la. As massas são naturalmente conservadoras; apegam-se elas aos seus velhos chefes, desconfiam de novas fisionomias” (DUVERGER, 1970, p. 188).

Segundo Pinho (2016), para Duverger em oligarquias abertas, a renovação das elites ocorreria primeiramente no interior do partido, para depois ocorrer no âmbito do governo e no legislativo, através da vitória eleitoral da nova elite. Em Pinho (2016, p. 67) encontramos a seguinte afirmativa:

(...) a escolha da análise das direções nacionais se deu em função deste ser o mais alto espaço da hierarquia partidária e, portanto, o de mais difícil acesso. Partimos do pressuposto de que, caso tenha havido alterações relevantes na



participação das mulheres, a direção nacional do partido necessariamente seria afetada e a análise da sua composição e funcionamento nos permitiria ter uma visão mais geral sobre os impactos no partido como um todo.

Para controlar esses incentivos, é preciso antes de tudo controlar as áreas de incerteza dentro do partido. Panebianco (2005) caracteriza seis delas. A primeira seria a competência, no sentido de um saber especializado, tornando o membro “indispensável” para a organização. A segunda área é a relação com o ambiente, pois possuem um controle limitado de ação e um grau de imprevisibilidade. A terceira é a comunicação, o meio pelo qual as informações são recebidas e repassadas. O quarto ponto é o controle das regras formais, por definir, interpretar e manipular as regras, como acontecerá os confrontos e negociações com os outros agentes organizativos. A quinta é o financiamento, a maneira pela qual o dinheiro circula dentro do partido. O sexto e último aspecto é o recrutamento, decidir quem faz ou não parte da organização, quem pode ser “promovido”.

Os partidos brasileiros são considerados multi-níveis, pois podem atuar nas esferas municipais, estaduais e/ou nacional. A instância máxima de deliberação nos partidos políticos é a Convenção Nacional, o locus no qual são decididas as principais estratégias políticas, inclusive escolhendo se e quem será o candidato à Presidência da República, além de eleger o Diretório Nacional, e este posteriormente escolher a Comissão Executiva Nacional.

O Diretório Nacional seria o órgão dirigente mais importante do partido pois tem como objetivo decidir sobre os principais assuntos partidários. No entanto, o grande número de membros, em torno de 100-150, dificulta a reunião. Por isso, os quatro partidos abordados nessa pesquisa definem nos estatutos que as Comissões Executivas Nacionais, que possuem entre 20- 40 membros possam ter a prerrogativa dos Diretórios, o que na prática tem um poder decisório maior. Segundo Ribeiro (2014)

Há uma forte tendência para que as instâncias maiores e deliberativas, que enfrentam dificuldades de agenda, de coordenação e ação coletiva, transformem-se em minicongressos partidários, que apenas formalizam, ratificam e fiscalizam as decisões tomadas pelos órgãos executivos, mais enxutos e coesos, com capacidade maior de decisão e coordenação (RIBEIRO, 2014, p. 127).



Fonte: elaboração própria.

O PT é o único partido cujo processo de seleção dos órgãos se diferencia da figura acima. No partido, a partir de 2005, ocorre o Processo de Eleição Direta, ou seja, os filiados podem votar diretamente nos membros para o Diretório Nacional. Desde 1993, o partido adota uma política de cotas de 30% para representantes femininas. Para esse paper, foram analisados todos os Diretórios Nacionais (DN) e Comissões Executivas Nacionais (CEN) do PT, desde a fundação até 2013. No total foram analisados 15 diretórios e 16 executivas. O partido se destaca dos demais estudados pelo número de mulheres que integraram esses dois órgãos. A tabela abaixo resume os dados encontrados:

Tabela 2. Dados sobre os órgãos dirigentes do PT

	<i>Diretório</i>	<i>Comissão Executiva</i>
<i>Número total de mulheres</i>	149	36
<i>Média de composição (%)</i>	20,3	21,2
<i>Tempo médio de permanência</i>	1,8	1,7
<i>Número máximo de permanência nas composições</i>	09	04
<i>Moda</i>	01	01
<i>Mediana</i>	01	01

Fonte: elaboração própria.

Analisando os dados acima, percebe-se que excetuando o número total de mulheres, que seria diferente pela proporção de membros que cada órgão tem, os resultados são muito parecidos para ambos os órgãos dirigentes. A porcentagem média de composição fica em torno de 20% para ambos. No entanto, esse resultado mostra uma



distorção. Nas composições de 1980 a 1990, as mulheres praticamente não integravam essas instâncias. Com a mudança nas regras internas e a nova lei em 1993 referente a cota de 30% de representação feminina, o número aumentou se aproximando da porcentagem estabelecida (com apenas uma exceção em 2001 no Diretório, que teve 21% de mulheres e em 2005 na CEN que teve 26,3%), e se mantiveram até 2013, quando ocorreu um novo aumento no número de mulheres, passando para 49,4% no DN e 42,1% na CEN. Apesar de todas essas mudanças, nenhuma mulher foi eleita para o “núcleo duro”⁵ do partido, sendo a grande maioria “vogal”⁶.

Apesar da média mostrar que a maioria das mulheres permanecem por cerca de duas composições, esse resultado é puxado pelas exceções que permaneceram por bem mais tempo, no caso 04 composições para a CEN e 09 composições para o DN. Optamos por trazer mais dois indicadores, a moda e a mediana, para corrigir possíveis distorções. Esses indicadores demonstram que a maioria das mulheres permaneceram por apenas uma composição, significando que apesar das mulheres conseguirem acessar esses órgãos devido as regras formais, elas não continuam ao longo do tempo.

Elaborando a mesma análise para o PMDB, analisamos 08 Diretórios e 16 Comissões Executivas, temos os seguintes resultados:

Tabela 3. Dados sobre os órgãos dirigentes do PMDB

	<i>Diretório</i>	<i>Comissão Executiva</i>
<i>Número total de mulheres</i>	26	05
<i>Média de composição (%)</i>	5,5	3,7
<i>Tempo médio de permanência</i>	2	1,6
<i>Número máximo de permanência nas</i>	04	03

⁵ Engloba os cargos de Presidente, 1º vice-presidente, secretário geral e 1º tesoureiro/ Secretário de Finanças.

⁶ Membro com direito a voz e voto, mas que não ocupa um cargo específico.



composições

Moda

01

01

Mediana

02

01

Fonte: elaboração própria.

O PMDB tem o menor número de presença feminina da sua cúpula. No caso das CEN, em metade dos casos o partido não teve nenhuma representante, e na outra metade teve apenas uma. No diretório elas também tiveram presença reduzida, nunca ultrapassando 10% dos membros. Isso demonstra que apesar das regras externas criadas para a participação da mulher no sistema eleitoral, no caso do PMDB esse resultado não foi alcançado nos órgãos nacionais.

Essas mulheres também não permaneceram durante muitas composições, e apesar da média ser de 02 composições para os DN e 1,6 para as CEN, a maioria das mulheres permaneceram apenas uma composição. No entanto, apesar do número reduzido, principalmente nas Comissões Executivas, uma mulher conseguiu fazer parte no núcleo duro. Mônica Paes de Andrade Lopes de Oliveira foi tesoureira do partido em 2004 e 2007, fazendo parte da coalizão dominante ao controlar um recurso fundamental ao partido, o dinheiro.

No PSDB, foram analisados 09 Diretórios e 13 Comissões Executivas. O partido apresenta o seguinte panorama:

Tabela 4. Dados sobre os órgãos dirigentes do PSDB

	<i>Diretório</i>	<i>Comissão Executiva</i>
<i>Número total de mulheres</i>	89	11
<i>Média de composição (%)</i>	10,8	9,9
<i>Tempo médio de permanência</i>	2,2	2,2
<i>Número máximo de permanência nas composições</i>	08	05



<i>Moda</i>	01	01
<i>Mediana</i>	01	01

Fonte: elaboração própria.

Dentre os partidos analisados, o PSDB é o segundo partido com o maior número de mulheres. Apesar de não alcançar a porcentagem de participação feminina do PT, o PSDB foi o único dos quatro partidos que teve pelo menos uma representante feminina em todas as suas composições, tanto nos DN's quanto nas CENs. O destaque vai para a Comissão Provisória, eleita na fundação do partido, que de 11 membros, 2 eram mulheres. Em média, nas duas instâncias a participação fica em torno de 10%, com exceção da composição da CEN de 1994, que teve o dobro de participação. A tempo máximo de permanência foi de 08 composições no Diretório e 05 composições na Executiva. A média é de duas composições, apesar de a maioria das mulheres permanecerem apenas uma composição. O resultado pode ser explicado pelas exceções, que aumentam a média, mas não representam a maioria dos casos.

O partido teve 03 mulheres que fizeram parte do núcleo duro. Moema São Thiago foi primeira secretária em 1994, Marisa Serrano foi primeira vice-presidente em 2007 e 2010 e Thelma de Oliveira foi tesoureira em 2013. Dos quatro partidos, apesar de ter apenas um terço de representantes femininas que o PT, o PSDB foi o partido que teve mais mulheres ocupando cargos chave na coalizão dominante.

O último partido analisado, o PFL, que em 2007 se renomeou Democratas, teve 06 Diretórios analisados e 13 Comissões Executivas, obtendo os seguintes resultados:

Tabela 5. Dados sobre os órgãos dirigentes do PFL/DEM

	<i>Diretório</i>	<i>Comissão Executiva</i>
<i>Número total de mulheres</i>	19	07
<i>Média de composição (%)</i>	4,0	4,1
<i>Tempo médio de</i>	1,8	2,0



<i>permanência</i>		
<i>Número máximo de permanência nas composições</i>	04	04
<i>Moda</i>	01	01
<i>Mediana</i>	01	01

Fonte: elaboração própria.

O PFL/DEM teve poucas mulheres em suas composições, com uma média de 04% apenas, sendo que muitas vezes a participação era zerada na CEN. Em 2007 o partido se renomeou como Democratas, com o objetivo, dentre outros, de modernizar o partido. Em relação a representação feminina, ela continuou baixa, como antes. A CEN do partido teve um aumento no número de membros, sem que tivesse um aumento no número de mulheres proporcionalmente.

O tempo médio de composição é de 02, sendo o máximo de 04 vezes. No entanto, a maioria das mulheres permaneceram apenas uma composição. Nenhuma das 07 mulheres que fizeram parte da CEN estiveram em cargos chave da composição, com a maioria estando como vogal.

PROSOPOGRAFIA E TRAJETÓRIA

Para analisarmos as mulheres que alcançaram a Executiva dos Partidos em questão nós utilizamos a abordagem prosopográfica que, a partir da coleta de dados qualitativos acerca da trajetória de vida do indivíduo, monta um perfil que auxilia a operacionalização de nossa hipótese, elaborando uma bibliografia coletiva. Nessa metodologia, selecionamos apenas das mulheres que compuseram as Comissões Executivas⁷. Com isso, buscamos suas biografias em acervos voltados para a compilação de tais informações, com o foco no CPDOC/FGV e em páginas de autobiografia.

⁷ Como a prosopografia exige uma bibliografia detalhada de cada mulher, analisar os diretórios seria inviável, principalmente no caso do PT e PSDB.



Primeiramente, faz necessário a discussão teórica sobre essa metodologia e as limitações encontradas no decorrer da nossa pesquisa. Segundo Stone (2011, p. 116), a prosopografia é utilizada para “(...) dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior.”. Com foco na escola elitista, preocupamo-nos em avaliar como o nosso objeto se constitui em sua trajetória de vida em relação a sua posição política e como suas distinções nesse caminho poderiam interferir na sua projeção interna na estrutura decisória dos partidos.

Em nosso trabalho de coleta dos dados biográficos compilamos uma quantidade controlada de informações para não nos perdermos em variáveis que ocasionassem confusão nas inferências dos resultados (COSTA, et all, 2015). Ainda, foram observados contradições ou informações ligeiramente distorcidas em repositórios privados (páginas da internet mantidas pelas mulheres pesquisadas), privilegiando as referências em arquivos institucionalizados, como Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC-FGV) e em casos de dirigentes que se tornaram ou foram congressistas, nos Repertórios Biográficos (Câmara dos Deputados) e Radiografias do Congresso (DIAP).

Ainda, algumas executivas, concentradas no Partido dos Trabalhadores e no Partido da Social Democracia Brasileira, não continham informações de forma aprazível na internet. No entanto, a falta de informações sobre algumas mulheres não deixa de ser um dado importante no nosso trabalho. Possivelmente são membros que ingressaram nos órgãos dirigentes através da burocracia interna partidária.

Dessa forma, organizamos nossa pesquisa em face das seguintes informações: data e local de nascimento; profissão; escolaridade; trajetória pessoal e política (isso contendo desde cargos ocupados na esfera privada até os cargos públicos eletivos, indicações, etc) e laços de parentesco (familiares, cônjuges, filhos, tudo que possa traçar redes de parentesco com afirmação política). Abaixo, conforme a coleta das biografias, disponibilizamos a frequência da existência das informações nas fontes requisitadas⁸.

⁸ Essa forma de organização dos dados coletados foi retirada de trabalho análogo do professor Doutor Sérgio Soares Braga (BRAGA, 2007).



Tabela 6. Tabulação Cruzada Partidos Políticos e Fontes

		FONTES			Total
		Não consta	CPDOC/FGV	Outros	
PARTIDOS POLÍTICOS	PT	10 (28%)	16 (44%)	10 (28%)	36 (100%)
	PSDB	1 (9%)	8 (73%)	2 (18%)	11 (100%)
	PFL/DEM	0 (0%)	7 (100%)	0 (0%)	7 (100%)
	PMDB	0 (0%)	4 (80%)	1 (20%)	5 (100%)
Total		15 (25%)	32 (55%)	12 (20%)	59 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Conforme podemos observar acima, o CPDOC/FGV consegue tratar de boa parte dos casos analisados, com ampla biografia e detalhadas informações acerca de todas as variáveis levantadas. Nas demais fontes tivemos problemas fundamentais na coleta dos dados tanto pela ausência, quanto pela simplicidade das biografias.

A ausência de informações é maior no PT e apontamos que essa questão se relaciona com o fato de uma característica própria do recrutamento das mulheres pelo partido, de figuras internas a organização. Já os demais partidos, com números profundamente menores de mulheres em suas Comissões, possuem poucas ausências devido a capilaridade dessas no seio político gerando uma quantidade maior de dados a serem coletados com a exposição pública das respectivas. Todas as biografias coletadas



desses grupos possuíam histórico político, seja relacionado com os pais, os maridos, ou por conta do fortalecimento interno no partido e a solidificação de suas trajetórias.

Ao analisarmos os resultados que as coletas nos dispuseram, devemos primeiro indicar uma singularidade já discutida no trabalho, mas que se faz importante no contexto da hipótese. O PT possui uma cultura de recrutamento feminino baseada na paridade de cargos, conferida por uma normativa interna que compele a igualdade nas direções do partido. Mesmo não alcançando o ideal (igualdade plena), possui mais que o triplo de mulheres que o segundo partido, PSDB, com apenas 11. O PFL/DEM e o PMDB finalizam a lista com 7 e 5, respectivamente.

A qualidade dos dados visualiza o seguinte quadro em relação as mulheres das executivas, a começar pelo Partido dos Trabalhadores: a distribuição de origem das mulheres com dados coletados mostra uma regionalização mais acentuada, principalmente em relação ao nordeste. Apenas uma das biografias detalhadas constava a formação em Ensino Médio, sendo as demais Ensino Superior. As profissões diversificam naquelas que possuem capilaridade com movimentos sociais, sindicatos e comunidades de base, quais sejam: assistência social, professora, agricultora, bancaria, servidora pública. Dessas, várias estão ligadas diretamente as entidades de representação de classe, de luta pela terra, pastorais, enfim, órgãos de poder local que auxiliam o destaque político de candidatas.



Tabela 7. Coleta geral de dados prosopográfico

		DATA E NASCIMENTO		ESCOLARIZAÇÃO		PROFISSÃO		TRAJETÓRIA POLÍTICA		LAÇOS DE PARENTESCO		Total
		Não consta	Consta	Não consta	Consta	Não consta	Consta	Não consta	Consta	Não consta	Consta	
Partidos Políticos	PT	14 (39%)	22 (61%)	13 (36%)	23 (64%)	16 (44%)	20 (56%)	13 (36%)	23 (64%)	19 (52%)	17 (48%)	36 (100%)
	PSDB	2 (19%)	9 (81%)	2 (19%)	9 (81%)	3 (27%)	8 (73%)	2 (19%)	9 (81%)	1 (9%)	10 (91%)	11 (100%)
	PFL/DEM	0 (0%)	7 (100%)	0 (0%)	7 (100%)	0 (0%)	7 (100%)	0 (0%)	7 (100%)	0 (0%)	7 (100%)	7 (100%)
	PMDB	1 (20%)	4 (80%)	2 (40%)	3 (60%)	1 (20%)	4 (80%)	1 (20%)	4 (80%)	0 (0%)	5 (100%)	5 (100%)

Fonte: Formulação Própria.



No PSDB, a distribuição de origens de nascimento não nos indica nenhuma condição em específico dado a diversidade dos dados. Apenas a ausência de uma representante dos Estados do Norte. Contêm apenas uma ausência plena de informação e outra parcial (Luiza Toledo e Renata Covas Lopes, respectivamente). Em relação a formação, fora as ausências, todas as mulheres possuem Ensino Superior Completo, com ênfase em Jornalismo e Direito.

No PFL/DEM, podendo detalhar com maior cuidado, dado o número reduzido, não tivemos ausência de dados, sendo todos eles localizados no CPDOC/FGV, possivelmente devido a extensa carreira política dessas mulheres. O ensino superior é presente em todas as biografias, com variadas profissões: Empresária, Pecuária, Jornalista, Médica, Professora, Funcionária Pública.

Por fim, no PMDB obtivemos apenas uma ausência parcial de dados, Mônica Paes de Andrade Lopes de Oliveira, onde encontramos apenas o nome de seu pai e marido, o primeiro um importante político e ex-presidente da Câmara dos Deputados e o segundo o atual presidente do Senado⁹. Em relação ao local de nascimento das mulheres que fazem parte do órgão, não há nada relevante a declarar, dado o ínfimo número que nos impede de fazer qualquer ilação. As profissões estão distribuídas em jornalismo, empresária, professora e atriz.

A variável “capital político” foi analisada pelo cruzamento da bibliografia com os dados de ingresso na composição. Para tanto, foram considerados os cargos ocupados antes da data que a mulher ingressou pela primeira vez na Comissão Executiva. Aquelas que já tinham concorrido a uma eleição e ganhado, seja no nível municipal, estadual ou nacional, foram classificadas como já tinham ocupado cargo eletivo. Já as mulheres que ao longo da trajetória ocuparam cargos de confiança ou destaque na administração pública ou privada, tais como ministra, diretora, assessora, foram classificadas como já tinham ocupado cargos por indicação. No PT, algumas mulheres tinham trajetória a participação nos órgãos partidários internos, tais como secretarias e por isso foram

⁹ Filha de Antônio Paes de Andrade, um famoso político brasileiro que já foi embaixador do Brasil em Portugal e presidente da Câmara dos Deputados e esposa de Eunício Oliveira, atual presidente do Senado.



classificadas como possuíam carreira interna no partido. Casos em que mulheres ocuparam cargos que faziam parte de mais de uma categoria, foi alocado de acordo com o cargo mais recente antes do momento da composição ou o cargo mais relevante. A categoria residual nada consta foi quando não foi possível encontrar nenhuma informação confiável sobre a trajetória.

Tabela 8. Capital político das mulheres que integram as CENs

	<i>PT</i>	<i>PMDB</i>	<i>PSDB</i>	<i>PFL/DEM</i>
<i>Já tinha ocupado cargo eletivo</i>	15 (42%)	03 (60%)	08 (73%)	06 (86%)
<i>Já tinha ocupado cargo por indicação</i>	04 (11 %)	01 (20%)	01 (9%)	01 (14%)
<i>Já tinha carreira interna no partido</i>	04 (11%)	0	0	0
<i>Nada consta</i>	13 (36%)	01 (20%)	02 (18%)	0
<i>Total</i>	36	05	11	07

Fonte: elaboração própria

A partir dos dados acima, percebe-se que excluindo a porcentagem relativa a falta de informação, em todos os partidos a maioria das mulheres já tinham um capital político antes de ingressar no órgão. O PT é o partido que tem menos mulheres que já possuíam cargos eletivos. Dos quatro partidos analisados, ele é o único no qual mulheres conseguem ingressar na CEN a partir da organização interna. No entanto, também é o partido que tivemos maior dificuldade de encontrar a bibliografia acerca da trajetória



política. O PMDB, o PSDB e o PFL/DEM possuem um perfil semelhante. Nos três partidos o número de mulheres é pequeno e nenhuma delas advém da burocracia partidária. A grande maioria possuía cargos antes de ingressarem na cúpula, demonstrando como o capital político é uma variável importante na seleção.

A outra variável é o capital familiar. Para tanto foi considerado o parentesco até o segundo grau (por exemplo tio/sobrinha), cujo familiar já tenha ocupado algum cargo eletivo ou dentro do partido. É importante ressaltar a dificuldade de encontrar os dados em relação ao parentesco e mais ainda em relação a trajetória do familiar. A tabela abaixo resume os dados encontrados:

Tabela 9. Capital familiar das mulheres que integram as CENs

	<i>PT</i>	<i>PMDB</i>	<i>PSDB</i>	<i>PFL/DEM</i>
<i>Possui algum familiar que já tenha ocupado cargo</i>	02 (5,5%)	03 (60%)	05 (45,5%)	04 (57%)
<i>Não possui familiar que já tenha ocupado cargo</i>	12 (33,5)	02 (40%)	04 (36,5%)	03 (43%)
<i>Nada consta</i>	22 (61%)	0	02 (18%)	0
<i>Total</i>	36	05	11	07

Fonte: Elaboração própria.

Analisando a variável capital familiar, o PT se difere pelo baixo número de mulheres que possuem familiar que ocupou algum cargo eletivo ou no partido, com a ressalva de que para a maioria das mulheres não foi possível obter dados sobre parentesco. O PMDB e PFL/DEM possuem perfis semelhantes, em ambos os partidos foi possível encontrar as informações sobre todas as mulheres e a grande maioria possui



algum capital familiar. O PSDB é próximo o número de mulheres que possuem parentesco com figuras públicas ou do partido, daquelas que não possuem esse capital.

Cruzando as informações sobre as duas variáveis acima, a questão política e familiar, encontramos os dados abaixo:

Tabela 10. Capital familiar atrelado ao capital político

	<i>PT</i>	<i>PMDB</i>	<i>PSDB</i>	<i>PFL/DEM</i>
<i>Possui capital político e familiar</i>	01 (3%)	02 (40%)	04 (36,5%)	04 (57%)
<i>Possui apenas capital político</i>	14 (38,5%)	01 (20%)	05 (45,5%)	02 (28,5%)
<i>Possui apenas capital familiar</i>	01 (3%)	01 (20%)	01 (9%)	0
<i>Não possuem os dois</i>	0	01 (20%)	0	01 (14,5%)
<i>Nada consta</i>	20 (55,5)	0	01 (9%)	0
<i>Total</i>	36	05	11	07

Fonte: elaboração própria.

Quando une as duas variáveis, capital político e familiar, o PT apresenta um valor baixíssimo, apenas uma mulher reúne as duas características. As demais possuem maior capital político ou então não conseguimos informações. Isso deriva do fato visto anteriormente, as mulheres que integram a CEN praticamente não possuem capital familiar.



No PMDB, as mulheres se distribuem entre as categorias e, devido ao baixo número, acaba distorcendo as porcentagens. Duas integrantes possuem os dois capitais, as demais possuem apenas uma das características, e uma não possui nenhuma delas.

O PSDB, um terço das mulheres possuem as duas características, e quase metade possui o capital político. Somente uma delas possui apenas o capital familiar. No PFL/DEM, a maioria das mulheres possuem tanto o capital político quanto o familiar, sendo que apenas uma delas não possui nenhum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos analisar os órgãos dirigentes dos quatro maiores partidos políticos do Brasil a partir de dois aspectos. Primeiramente uma comparação entre os Diretórios Nacionais, as Comissões Executivas Nacionais e o Núcleo Duro desta. A hipótese inicial era quanto mais restrito o acesso ao órgão, menor seria a presença feminina, ou seja, considerando as devidas proporções, o “núcleo duro” teria menor porcentagem de mulheres que a Comissão Executiva e esta menos que o Diretório Nacional.

De acordo com os resultados encontrados, a porcentagem média de mulheres que integraram o Diretório e a Comissão Executiva são muito próximas, com a diferença nunca ultrapassando 02%. Analisando cada ano comparativamente, existe alguns anos que a porcentagem de mulheres é maior no DN que na CEN, no entanto esse resultado se inverte no próximo ano. Dessa forma não é possível estabelecer um padrão de ação nos partidos que comprove a nossa hipótese se tratando do Diretório e Comissão Executiva.

No entanto, quando observa a diferença entre a CEN e o núcleo duro, ou seja, os cargos que compõe a coalizão dominante, a hipótese se torna válida para o PT e PFL/DEM. No caso do PT, apesar de ser o partido que conta com cotas para representação feminina e de ter o maior número de mulheres que fizeram parte da CEN, 89 integrantes, nenhuma dessas mulheres conseguiram ocupar cargos chave na composição. No PFL/DEM, apesar de ter um número bem menor de integrantes da CEN, somente 07 mulheres, elas também não conseguiram ingressar nos postos mais importantes do partido.



O PSDB é o partido que mais possui mulheres que fizeram parte do núcleo duro, 03 das 11 integrantes fizeram parte dos cargos chave. Isso demonstra que embora o seja um número restrito de mulheres que ingressam na CEN, mais que 25% delas conseguiram uma colocação importante. No caso do PMDB, um número pequeno de mulheres que fizeram parte da CEN, e apenas uma delas fez parte do núcleo duro. Contudo, apesar do número pequeno, comparativamente mais mulheres do PSDB e do PMDB conseguiram ingressar no núcleo duro do que as mulheres que fizeram parte dos órgãos do PT, que é o partido com maior abertura.

A partir da análise prosopográfica das mulheres que integram as Comissões Executivas, percebe-se que o capital político é uma variável explicativa em relação ao perfil das dirigentes. Embora o PT seja o partido cujo resultado é o menor, ainda assim 42% dos casos é um dado significativo. Nos outros três partidos esse valor é igual ou maior que 60%, considerando apenas as mulheres que já tiveram cargos eletivos antes de ingressarem na cúpula. Quando considera também os cargos por indicação, o peso dessa variável é ainda maior.

A outra variável analisada, o capital familiar, só não é relevante no caso do PT, que apenas 5,5% dos casos possuíam familiares atuantes na política ou dentro do partido. Isso porque existe uma dificuldade em encontrar dados referentes ao parentesco das mulheres. No PSDB, o 45,5% das mulheres tinham algum familiar com relevância política. Nos outros dois partidos o indicador fica na faixa de 60%.

Quando considera as duas variáveis juntas, o resultado ainda continua significativo para o PFL/DEM. Todas as mulheres que tinham capital familiar, também tinham capital político. No PMDB e PSDB, aproximadamente 40% dos casos analisados possuíam as duas características. No PT, de 89 mulheres, apenas 1 delas possuía os dois capitais.

Cruzando esses dados com as mulheres que fizeram parte do Núcleo Duro, no PMDB, Mônica Paes de Andrade Lopes de Oliveira possui o capital familiar. No PSDB, Moema São Thiago e Thelma de Oliveira possuem os dois capitais e Marisa Serrano possui apenas o capital político.



Dessa forma, o paper contribui para o debate acerca da representação feminina nas instâncias dirigentes dos partidos políticos, formando um panorama que avalia desde as composições originárias dos partidos até as mais recentes, no ano de 2013. Novas perguntas surgem a partir dessa análise. Uma que nos intrigou observando a entrada das mulheres nos órgãos, é que a maioria destas acabam saindo dos partidos depois de um tempo. Se o capital político e o capital familiar são importantes para o ingresso, quais características contribuem para que essas mesmas mulheres deixem esses partidos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. *As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais*. Dados [online]. 2001, vol.44, n.1. ISSN 0011-5258.

_____. *Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura*. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 2, p. 23, 2009.

BOLOGNESI, Bruno. *A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral?*. Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, v. 1, n. 2, 2012.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil*. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 16, p. 121-151, 2015.

_____. *O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014*. Revista de Sociologia e Política, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017.

COSTA et al., *O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX*. In: PERISSIOTO, Renato Monseff (Org.); CODATO, Adriano (Org.). Como estudar elites. 1ed. Curitiba, Ed. UFPR, 2015, v.1. 319p.

DUVERGER, Maurice.. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the 'postsocialist' condition*. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange*. New York: Verso, 2003. 276 p.



GUARNIERI, Fernando. *A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo, 2009.

GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. *Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 148, 1996.

HEINZ, Flavio; CODATO, Adriano. *A proposografia explicada para cientistas políticos*. In: PERISSIONOTO, Renato Monseff (Org.); CODATO, Adriano (Org.). *Como estudar elites*. 1ed. Curitiba, Ed. UFPR, 2015, v.1. 319p.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. Cambridge University Press, 1997.

MICHELIS, Robert., *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa, Antígona, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PANEBIANCO, Angelo,. *Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

PINHO, Tassia Rabello De. *As mulheres dirigentes do partido dos trabalhadores: perfil e desafios à representação substantiva*. Em tese, v.13, n1, 2016.

PITKIN, Hanna Fennichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, c1967. 323 p. ISBN 0-520-02156-8.

PHILLIPS, Anne. *From a politics of ideas to a politics of presence?*. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

RIBEIRO, Pedro. Floriano, *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.

_____. *Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros*. *Revista de Sociologia e Política*, v.22, n.52, p.121-158, 2014.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Revista de Sociologia e Política*, v.19, n.39, p.115-137, 2011.